

EDITORIAL

Com grande satisfação apresentamos a mais recente edição da Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U), reafirmando nosso compromisso inabalável com a disseminação do conhecimento jurídico e a valorização da produção científica de excelência. Esta publicação é resultado do trabalho dedicado de nosso Editor e do Conselho Editorial, que atuam com rigor metodológico e responsabilidade científica em todas as etapas do processo editorial, desde a análise preliminar dos manuscritos até a avaliação criteriosa por pares no sistema *double blind peer review*.

A presente edição congrega trabalhos de autores com distintos níveis de formação acadêmica, incluindo doutores, mestres, especialistas e pesquisadores de diversas regiões do Brasil, representando um mosaico institucional e geográfico que enriquece o debate jurídico nacional. Essa diversidade não apenas amplia os horizontes temáticos da revista, mas também evidencia nosso compromisso com a democratização do conhecimento e com o fortalecimento da pesquisa jurídica em suas múltiplas vertentes.

Abrimos a edição com o artigo de Kássia de Moraes Vailatti, Guilherme Martelli Moreira e Charles Conrado Cordeiro, que examinam os impactos da substituição de empregos humanos por robôs na arrecadação previdenciária brasileira, no contexto da Quarta Revolução Industrial. O estudo demonstra como a crescente integração de tecnologias avançadas, que substitui tanto atividades manuais quanto intelectuais, compromete a base contributiva tradicional sustentada pelas relações formais de trabalho, levantando preocupações fundamentais quanto à sustentabilidade financeira da seguridade social. Os autores analisam dados que revelam o risco deficitário do sistema previdenciário diante da automação, propondo a necessidade urgente de repensar o modelo de financiamento da seguridade social, considerando inclusive a possibilidade de tributação sobre robôs para compensar a perda de receitas. Trata-se de contribuição essencial para compreender os desafios que a evolução tecnológica impõe ao direito previdenciário e à proteção social dos trabalhadores.

Em seguida, Etiane Rodrigues apresenta uma análise profunda sobre o direito ao esquecimento digital e sua relação com o processo de ressocialização de indivíduos condenados. A pesquisa explora como a era digital fixou a existência de registros permanentes de informações, criando novos desafios à proteção dos direitos fundamentais, particularmente no que tange à privacidade e à dignidade humana. A autora examina criticamente a ausência de uma legislação específica no Brasil e os conflitos entre liberdade de expressão, direito à informação e proteção da personalidade, demonstrando como a permanência de registros criminais na esfera digital cria obstáculos significativos para a reconstrução da vida dos indivíduos que saíram do sistema prisional. O trabalho propõe alternativas normativas e interpretações que busquem equilibrar a dignidade humana com a necessidade de assegurar segurança jurídica e acesso à informação, configurando-se como leitura indispensável para compreender os desafios contemporâneos do direito digital.

O terceiro artigo, de autoria de Eduardo Henrique da Silva, debruça-se sobre o fenômeno da "uberização" e seus impactos na precarização das relações de trabalho. O autor contextualiza historicamente as transformações laborais desde a Primeira Revolução Industrial, evidenciando como suas metamorfoses ao longo do tempo reconfiguraram o mercado e a vida dos trabalhadores. O estudo analisa criticamente como, em um cenário de elevado desemprego, as plataformas digitais apresentam-se como alternativa de inserção econômica, mas carecem de mecanismos adequados de proteção trabalhista e previdenciária. A pesquisa examina o Projeto de Lei Complementar nº 12/2024 e suas limitações, demonstrando que, à semelhança de experiências observadas em países europeus, o Brasil encontra-se em processo de construção normativa para regulamentar as relações laborais advindas da uberização, buscando mitigar a precarização e ampliar a segurança social dos trabalhadores, embora o percurso para estabelecer condições efetivas de proteção legal ainda seja longo.

Na sequência, Erika Tayer Lasmar, Aline Hadad Ladeira e Thamiris Junqueira Pereira abordam a responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo, tema de crescente relevância diante das transformações nas configurações familiares contemporâneas. As autoras analisam como o ordenamento jurídico brasileiro tem lidado com a responsabilização oriunda do abandono afetivo, considerando a necessidade de adequações legislativas para a proteção das crianças e adolescentes. O estudo demonstra que a responsabilidade de indenizar nos casos

de abandono afetivo encontra respaldo no entendimento de que o afeto, no contexto familiar, não se limita a um sentimento subjetivo, mas se traduz em um dever jurídico dos pais em relação aos filhos. A pesquisa examina os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais, com destaque para os princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar e da proteção integral da criança e do adolescente, além de analisar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, contribuindo significativamente para o debate sobre a juridicização das relações familiares.

O quinto artigo, elaborado por Marcelo Freire Pereira, Rafael Ademir de Oliveira de Andrade e João Baraldi Neto, propõe uma análise filosófica do direito ambiental a partir do pensamento de Hans Jonas e sua teoria da responsabilidade, aplicada ao contexto das queimadas em Rondônia. Os autores examinam como o Estado enfrentou, em 2024, uma das piores crises ambientais em decorrência da falta de fiscalização em áreas de preservação, trazendo consequências devastadoras para o meio ambiente e para a população local. O estudo articula o conceito de responsabilidade ética de Jonas com a necessidade de políticas públicas eficazes, demonstrando que a responsabilidade diante das consequências das ações humanas é fundamental para garantir a continuidade da vida no planeta. A pesquisa evidencia a urgência de adotar atitudes conscientes e pautadas na preservação da existência humana, considerando não apenas os efeitos imediatos, mas também os impactos a longo prazo sobre as futuras gerações, oferecendo uma perspectiva filosófica essencial para a compreensão dos desafios ambientais contemporâneos.

No fechamento desta edição, Ana Carolina Biasuz e Helena Cinque apresentam uma análise contundente sobre os impactos do racismo estrutural no sistema carcerário brasileiro, compreendido como herança do sistema escravocrata que moldou a sociedade e as instituições nacionais. As autoras demonstram como, mesmo após a abolição da escravidão, a população negra permaneceu marginalizada, sendo desproporcionalmente afetada pela seletividade penal. O estudo relaciona o racismo estrutural ao conceito de Direito Penal do Inimigo, evidenciando que a desigualdade racial, enraizada desde a colonização, foi incorporada às instituições e reproduzida no sistema penal, que frequentemente identifica a população negra como "inimigo" a ser combatido. A pesquisa conclui que o enfrentamento desse quadro exige a reformulação das estruturas institucionais, a

implementação de políticas públicas antirracistas e a efetivação dos direitos fundamentais, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradecemos a todos os pareceristas ad hoc, bem como ao corpo técnico e editorial da Revista, pelo compromisso contínuo e ético com a qualidade da avaliação e da produção editorial. É esse trabalho conjunto e dedicado que permite à RDC-U manter-se como espaço privilegiado de debate jurídico e produção de conhecimento de vanguarda.

Os artigos aqui reunidos revelam a vitalidade e a relevância da pesquisa jurídica brasileira, abordando desde os desafios impostos pela revolução tecnológica até as persistentes questões de desigualdade social e racial que marcam nossa sociedade. Cada contribuição representa não apenas um avanço no conhecimento específico de sua área, mas também um convite à reflexão sobre o papel transformador do Direito na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Desejamos a todas e todos uma leitura enriquecedora e provocativa.

Joana de Moraes Souza Machado

Doutora em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Consultora em Proteção de Dados Pessoais.

EDITORIAL

It is with great satisfaction that we present the latest edition of the Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (Journal of Contemporary Law UNIDEP - RDC-U), reaffirming our unwavering commitment to the dissemination of legal knowledge and the valorization of scientific production of excellence. This publication is the result of the dedicated work of our Editor and the Editorial Board, who act with methodological rigor and scientific responsibility in all stages of the editorial process, from the preliminary analysis of manuscripts to the judicious peer review in the double blind peer review system.

The present edition brings together works by authors with different levels of academic training, including doctors, masters, specialists and researchers from various regions of Brazil, representing an institutional and geographical mosaic that enriches the national legal debate. This diversity not only broadens the thematic horizons of the journal, but also demonstrates our commitment to democratizing knowledge and strengthening legal research in its multiple aspects.

We open the edition with the article by Kássia de Moraes Vailatti, Guilherme Martelli Moreira and Charles Conrado Cordeiro, who examine the impacts of replacing human jobs by robots in Brazilian social security collection in the context of the Fourth Industrial Revolution. The study demonstrates how the increasing integration of advanced technologies, which replaces both manual and intellectual activities, compromises the traditional raising fundamental concerns about the financial sustainability of social security. The authors analyze data that reveal the deficient risk of the social security system in the face of automation, proposing the urgent need to rethink the financing model of social security, including considering the possibility of taxing robots to compensate for loss of income. This is an essential contribution to understanding the challenges that technological evolution imposes on social security law and social protection of workers.

Next, Etiane Rodrigues presents an in-depth analysis on the right to digital forgetting and its relation with the process of re-socialization of convicted individuals. The research explores how the digital age has established the existence of permanent records of information, creating new challenges to the protection of

fundamental rights, particularly with regard to privacy and human dignity. The author critically examines the absence of specific legislation in Brazil and the conflicts between freedom of expression, right to information and protection of personality, demonstrating how the permanence of criminal records in the digital sphere creates significant obstacles to the reconstruction of the lives of individuals who have left the prison system. The work proposes normative alternatives and interpretations that seek to balance human dignity with the need to ensure legal security and access to information, configuring itself as an indispensable reading to understand the contemporary challenges of digital law.

The third article, authored by Eduardo Henrique da Silva, focuses on the phenomenon of "uberization" and its impacts on the precarization of labor relations. The author contextualizes historically the labor transformations since the First Industrial Revolution, showing how their metamorphoses over time reconfigured the market and the lives of workers. The study critically analyzes how, in a scenario of high unemployment, digital platforms present themselves as an alternative for economic insertion, but lack adequate mechanisms of labor and social security protection. The research examines the Complementary Law 12/2024 and its limitations, demonstrating that, like experiences observed in European countries, Brazil is in the process of normative construction to regulate labor relations resulting from uberization, seeking to mitigate the precariousness and expand the social security of workers, although the path to establish effective conditions for legal protection is still long.

In the following, Erika Tayer Lasmar, Aline Hadad Ladeira and Thamiris Junqueira Pereira address the civil liability resulting from affective abandonment, a topic of growing relevance given the transformations in contemporary family settings. The authors analyze how the Brazilian legal system has dealt with accountability arising from affective abandonment, considering the need for legislative adjustments to protect children and adolescents. The study shows that the responsibility to compensate in cases of emotional abandonment is supported by the understanding that affection, in the family context, is not limited to a subjective feeling, but translates into a legal duty of parents towards their children. The research examines the constitutional and infra-constitutional foundations, with emphasis on the principles of human dignity, family solidarity and comprehensive protection of children and adolescents, in addition to analyzing the jurisprudence of the Superior Court of

Justice on the subject, contributing significantly to the debate on the legalization of family relations.

The fifth article, prepared by Marcelo Freire Pereira, Rafael Ademir de Oliveira de Andrade and João Baraldi Neto, proposes a philosophical analysis of environmental law from the thought of Hans Jonas and his theory of responsibility, applied to the context of fires in Rondônia. The authors examine how the state faced, in 2024, one of the worst environmental crises due to lack of supervision in preservation areas, bringing devastating consequences for the environment and local population. The study articulates Jonas' concept of ethical responsibility with the need for effective public policies, demonstrating that responsibility for the consequences of human actions is fundamental to ensure the continuity of life on the planet. The research highlights the urgency of adopting conscious and guided attitudes in preserving human existence, considering not only the immediate effects but also the long-term impacts on future generations, offering a philosophical perspective essential to the understanding of contemporary environmental challenges.

At the end of this edition, Ana Carolina Biasuz and Helena Cinque present a forceful analysis on the impacts of structural racism in the Brazilian prison system, understood as heritage of the slave system that shaped society and national institutions. The authors demonstrate how, even after the abolition of slavery, the black population remained marginalized, being disproportionately affected by penal selectivity. The study relates structural racism to the concept of Criminal Law of the Enemy, showing that racial inequality, rooted since colonization, was incorporated into institutions and reproduced in the penal system, which often identifies the black population as "enemy" to be fought. The research concludes that confronting this framework requires the reformulation of institutional structures, the implementation of anti-racist public policies and the enforcement of fundamental rights, aiming at building a more just and egalitarian society.

We thank all the ad hoc reviewers, as well as the technical and editorial staff of the Journal, for their continuous and ethical commitment to the quality of evaluation and editorial production. It is this joint and dedicated work that allows the DRC-U to remain as a privileged space for legal debate and production of avant-garde knowledge.

The articles gathered here reveal the vitality and relevance of Brazilian legal research, addressing from the challenges imposed by the technological revolution to the persistent issues of social and racial inequality that mark our society. Each contribution represents not only an advance in the specific knowledge of its area, but also an invitation to reflect on the transformative role of law in building a more just, inclusive and sustainable society. We wish you all an enriching and provocative reading.

Joana de Moraes Souza Machado

Doctor of Law by the University of Fortaleza (UNIFOR). Master in Law by the Federal University of Ceará (UFC). Associate Professor at the Federal University of Piauí.

Associate Professor at the Federal University of Piauí (UFPI). Personal Data Protection Consultant.